

Observar, sentir, ouvir, escrever, retornar: História Oral e a trajetória dos órfãos de Pau de Colher

Ana Lúcia Aguiar Lopes Leandro*

Este trabalho inspira-se na memória dos órfãos do movimento de Pau de Colher ocorrido em 1938 no Norte do Estado da Bahia. Após a repressão e morte dos pais, trinta e duas crianças foram arrancadas de sua terra e deslocadas para a Escola de Menores em Salvador. Três delas, levadas para a Segunda Guerra Mundial, aos dezessete anos, continuaram reavivando seu luto e sua dor durante os combates em navios torpedeiros. Analisamos o drama da desagregação e ruptura arbitrado pelo Estado e a luta dos órfãos para a reafirmação de sua cultura durante essa trajetória. Adotamos a metodologia da História Oral o que permitiu examinar os espaços constituídos de memórias e narrativas e questionar a memória que pretende ser dominante. Assim, a História Oral permitiu a evocação do passado, pelos órfãos, demonstrando sua criatividade na luta pela recuperação da dignidade subtraída pelo Estado. A pesquisa sinaliza a relevância do regate da história de sujeitos submetidos ao silêncio para a reconstrução da memória desse movimento dentro da história do Nordeste do Brasil.

Palavras chave: História Oral, memória e narrativas

Onde se alojam história e pesquisa

O Instituto de Preservação e Reforma faz parte da história de vida de trinta e duas crianças órfãs do movimento messiânico de Pau de Colher.¹ No final de dezembro de 1937 até 21 de janeiro de 1938 cerca de mil e duzentos sertanejos se reuniram no sítio Pau de Colher, terras pertencentes ao município de Casa Nova, Estado da Bahia. Acreditavam que do sítio Pau de Colher, liderados pelo beato José Senhorinho, seriam levados para o sítio Caldeirão de José Lourenço, no Crato-CE., onde a terra seria de todos. A crença de que “agente vai numa nuvem para o sítio Caldeirão” se aproxima da noção de “Terra sem Mal” (CLASTRES, 1978) cujo objetivo, seguindo seu beato líder, seria chegar a uma terra de sossego perpétuo.²

* Mestra em Sociologia e doutoranda do programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande. Professora de Antropologia e Educação, FE/UERN (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte).

¹ O Instituto de Preservação e Reforma, chamado, na época, de Escola de Menores, estava ligada à Secretaria do Interior e Justiça, hoje funciona o prédio da Fudac. O diretor chamava-se Edson Tenório e a orientadora pedagógica Glaphyra Gil Bellazzi. (doc. encontrado no arquivo do SDI da Fundac em 10/05/2006).

² O sítio Caldeirão era o lugar que, segundo os remanescentes, onde a relação homem- Deus de piedade, através do Padre Cícero, os receberia pondo um ponto final à espera que não seria atingida sem sofrimento e de sacrifício “*nós tudo ia numa nuvem e tinha que se sacrificar, entregar tudo que nós tinha porque lá nos*

Os seus objetivos, porém, foram desfeitos quando, nos dias 19, 20 e 21 de janeiro de 1938, as metralhadoras da tropa da Brigada Militar de Pernambuco, comandada pelo Capitão Optato Gueiros, destruíram o acampamento dos religiosos. O Governo Federal, alegando a pressão dos acontecimentos e sob o “espectro” da ameaça de “uma nova Canudos”, determina a formação do Destacamento do Vale do São Francisco constituída pelas forças do 19º e 28º Batalhões de Caçadores e o Esquadrão Motorizado da Polícia Militar sob o comando superior do Major Edgar da Cruz Cordeiro. À Companhia do Vale do São Francisco, fica a responsabilidade de comandar a operação local.

Destruído o “adjunto”, a caçada continuou no mato, durante três meses orientados no sentido da busca os “desordeiros”, “bandoleiros”, “perturbadores da ordem pública”, “ignorantes”, “fanáticos”.³ O “adjunto” foi destruído, moradias foram invadidas, sítios foram queimados, pessoas encontradas nas estradas de chão presas ou mortas, valas coletivas foram cavadas para enterrar os mortos tal a quantidade e o estado de putrefação que se encontravam. O Capitão Optato Gueiros, em seguida, imputa uma penosa marcha para os que sobreviveram em direção à Casa Nova, sede do município. Eram cento e trinta quilômetros de estrada de chão, a pé, por terreno seco, sem água, sem comida até chegar ao local quando suas vidas seriam resolvidas à revelia dos familiares das vítimas.

Foi nesse contexto que trinta e duas crianças, meninos, com idade entre nove e quatorze anos, foram enviadas para uma escola em Salvador denominada de Instituto de Preservação e Reforma onde “educadas”, “civilizadas”, pelas mãos do Estado, escola na qual, recebendo uma “boa educação”, poderiam voltar ao convívio social, após a “higienização”.

O deslocamento dos órfãos de suas raízes, a vivência da *liminaridade*, e o retorno ao seu destino de origem instigaram o principal mote de nossa pesquisa a qual nomeamos de “Drama, Morte e Vida dos órfãos de Pau de Colher: uma história do percurso do sonho de voltar à terra. O trabalho demandou uma minuciosa e acurada pesquisa de campo em fontes orais e documentais cujas entrevistas e pesquisa em Arquivos Públicos, Batalhões de Polícia Militar, Jornais, Diário Oficial, Bibliotecas e Fóruns vêm sendo realizada desde 2003 junto aos órfãos, hoje com idade entre 78 e 86 anos, em seus povoados, bem como nos arquivos das polícias militares dos três Estados envolvidos e na FUNDAC (antigo prédio do Instituto de Preservação e Reforma), em Salvador.

Caldeirão nós não ia ter mais essa agonia que a gente vivia, o tempo todo esperando e onde estava padim Ciço”. (Manuel Ribeiro, São Bento-BA).

³ O termo “adjunto” se refere ao local onde ficaram os seguidores do movimento de Pau de Colher. Trata-se de um dos termos utilizados para caracterizar o “ajuntamento”, como diziam.

Dos trinta e dois órfãos, levados para Salvador, vinte e seis foram entrevistados. Dos seis órfãos falecidos colhemos as informações através dos relatos da esposa, dos filhos, tios e amigos. Desse total, vinte e oito regressaram aos seus povoados e moradias de origem situada na região fronteira dos Estados do sul do Piauí, oeste de Pernambuco, norte da Bahia e quatro permaneceram fora até os dias que correm. Três no Rio de Janeiro e um em Salvador.

A partir das narrativas, referenciadas pela memória, entendida como lugar estratégico de sobrevivência de sua identidade colocou em pé, tempo, lugar e pessoas dos seus afetos, da vivência de cada um deles e com o grupo que compartilhou dessa trajetória. Aludem como as inscrições dos dramáticos acontecimentos passados estiveram presentes em seu corpo e como suas lágrimas, seu suor, seu sangue, seus sonhos, suas palavras, as doenças, o riso, a tristeza, na fase do interstício, aqueceram o desejo de “voltar para trás”. Momentos que fizeram emergir o entregar-se a si mesmo. Foi a porção de “material marginal”, constituindo seu ponto mais alto de vulnerabilidade e conseqüentemente, o entendimento de que o simbolismo do corpo, faz parte do estoque comum de símbolos, profundamente emotivo, em virtude da experiência humana do indivíduo (DOUGLAS, 1976:149).

Submetidos a fratura com os vínculos de família, com a terra do trabalho e com a natureza, rupturas, que durou entre cinco e sete anos, constituíram, nesse tempo da margem, a *communitas* dos órfãos de Pau de Colher, tempo em que mantiveram “uma relação entre indivíduos concretos, históricos, idiossincrásicos (TURNER, 1974:116-161). O instituto foi o lugar onde essa *communitas* se formou. Lugar que simbolizava o tempo da suspensão de uma história de vida anterior se efetivando de forma mais pontual quando sua cultura foi hipotecada ao Estado. Foi, também, o lugar onde vivenciaram a “volta” diária a sua tradição, lugar da força emocional, refúgio investido de “poder e perigo” (DOUGLAS, pp.142-149).

Como os órfãos se pensaram na margem? De que forma, a vivência na suspensão, aqueceu a manutenção da identidade dos órfãos de Pau de Colher? De que modos defenderam sua maneira de ser, se impuseram e se submeteram para sobreviver? De que forma a sedução das origens se manteve abrasado? De que maneiras, nas circunstâncias onde foram colocados pelo Estado, eles edificaram para si o teto que afastava a possibilidade de apartamento do seu lugar de memória? Que dimensões do vínculo de pertencimento foram vivenciadas no sentido de fazer frente àquele tempo da suspensão da identidade?

De igual modo, compartilhando cada um dos órfãos, na escola, de seus estoques para preservação de sua pertença, se conservaram desse sentimento das origens e superaram o que foi imposto as suas vidas após a morte de seus pais.

Weber (1991:267) argumenta, em primeiro lugar, quanto à ‘pertinência à raça’ que “esta somente conduz a uma comunidade quando é sentida subjetivamente como característica comum”. Em segundo, mais adiante, assevera a respeito da ‘consciência de comunidade’, que “todas as diferenças de costumes podem alimentar, em seus portadores, um sentimento específico de ‘honra e ‘dignidade’” e que “sua afinidade estreita baseia-se somente em um fundamento comum: a crença numa honra específica - a honra étnica- dos membros”. (*ibid.*, pp. 269-271).

Diante dos fundamentos oferecidos por Weber (1991); Van Gennep (1977) e Turner (1974) um caminho foi tecido no sentido de alumiar nosso objeto empírico, a saber, a *communitas* dos órfãos de Pau de Colher vivenciada no Instituto de Preservação e Reforma como “lugar depositário” da força emocional do *ethos* tecido de mil maneiras.

Procuramos ouvir, sentir e observar, através das narrativas e das imagens feitas durante as narrativas, os gestos, o movimento das mãos, da cabeça, dos braços ao narrar. Em outras palavras, por exemplo, suas narrativas estavam ladrilhadas por frases como: “a única coisa que a gente tinha era no pensamento e a gente pensava o tempo todo aqui nos nossos povoados e o dia todo o que a gente fazia lembrava nossos pais e da nossa terra”. As mãos, nesse momento, apontavam com veemência para um lugar da terra, seus olhos demonstravam a confiança do abrigo que seu lugar lhe oferecia, todo o seu rosto se transportava para os dias passados denunciando a coragem como resistiram durante essa fase liminar.

Ao contrário do que o Estado entreviu, através da memória, resistiram, posto que se sentiam parte dos vínculos com o passado que os abrigava não como um corpo físico, mas como um lugar moral. Também “mais forte do que uma lealdade (...). Inscrita em seu próprio corpo e sempre presente (...) que estabelece o norte e os parâmetros de uma trajetória social concreta”. (OLIVEIRA, 1999:30).

O que argumentamos sobre “tecido de mil maneiras” são as bases propostas de um “*cotidiano inventado como arte de fazer e mil maneiras de caçar*”, (CERTEAU, 1994) que corroborou para elucidar como os órfãos fizeram esse cotidiano resguardando o seu pertencimento, na margem, bem como se projetando para o processo de fechamento das feridas com o retorno, para vinte oito deles, e início de outro caminho, o da reconciliação com o passado.

As narrativas dos quatro que não voltaram nos permitiram, entre outros, vislumbrarem a ferida exposta, mil fraturas ainda presentes em suas vidas. Não se sentem nem lá, nem cá. Nem de dentro e nem de fora. Ainda em *liminaridade*, no entanto, mantêm a esperança de uma reconciliação com o seu passado, após a morte, ao declararem com firmeza o desejo que

suas cinzas sejam levadas para o seu povoado de origem e espalhados pelo chão de sua intimidade.

Com Michel de Certeau, portanto, aprendemos que o cotidiano é inventado “cotidianamente” e que os sistemas fechados, que nos envolve, são espaços abertos privilegiados onde o homem põe em prática suas ocasiões para inventar, põe em prática uma ação criativa, sem interesse de lucro. E o que circulou entre eles? As palavras, os gestos, os sorrisos, o choro, a tristeza, a alegria, o encontro, as simpatias, as gentilezas, as antipatias, a fuga, o roubo, o esconderijo, a doença. O choro que arrastava a memória da mãe para perto do seu corpo; a fuga do instituto em busca do caminho do “mato”; a fome saciada através do roubo das frutas do pomar e da farinha, as marcas indestrutíveis das balas e dos sentimentos impressos em seus corpos; o sonho que os transportava para o “afeto da terra”, seus pais, seu chão, seu trabalho, seus amigos, seus vizinhos; o cenário de liberdade própria de suas vidas no sertão que não precisa pedir licença para pegar um umbu, posto que a natureza estava ali a abrigar generosamente suas vidas; a obediência como forma de conquista e a desobediência como forma do reforço emocional, a diarreia que os levou para a enfermaria por terem que comer “aquelas comidas da escola”. Era o corpo reagindo, repelindo, dizendo, por outros meios, qual era seu lugar através dos quadros sociais da memória (HALBWACHS, 1990).

Defendemos que o Instituto de Preservação e Reforma foi espaço privilegiado para esse fazer de mil maneiras e, no qual, “fortes diferenças de costumes, as quais (...) desempenham um papel equivalente ao do hábito hereditário, na formação de sentimentos de comunhão ética” (WEBER, 1991:272). Que lugar foi esse?

Instituto de Preservação e Reforma como um lugar do disciplinamento

O Instituto de Preservação e Reforma era um lugar de disciplinamento, lugar de fiscalização, de interdição. Situada na Rua Pitangueiras, no. 26-Cidade Alta, Brotas “lá quase no fim da linha”, abriu em março de 1938, os altos portões para a entrada dos órfãos de Pau de Colher. Seria uma experiência muito diferente. Espaço fechado, paredes altas cercavam a área do instituto. O objetivo era prepará-los para o convívio social transformando-os em “civilizados” sob o ditame de regras e normas rigorosas. Como nos disse Juvenal:

Eles estavam em todos os lugares, a gente tinha horário pra tudo, não tinha tempo de ficar de conversa um com o outro, a gente tava perto

do outro, mas a fiscalização era grande. A gente tinha que produzir na oficina, estudar na sala de aula, comer no tempo determinado lá no refeitório, cumprir a disciplina na hora de marchar e ir para o xadrez quando cometia uma indisciplina.

Lugar do disciplinamento, da correção, do controle das atividades, da vigilância hierárquica, da sanção, das notas, da caderneta de boa conduta. Acordar na hora determinada, comer na hora estipulada, tomar banho no tempo certo, tudo dentro da racionalidade institucional. Uma turma foi organizada só para os “filhos dos caceteiros”, disciplina na escola, colocava para os meninos, a especificação do lugar de trabalho, lugar que estava cercado pelo silêncio disciplinar, muros altos, paredes grossas.

O ponto central para a escola e seus diversos segmentos era a produção nas oficinas, o máximo de obediência na sala de aula e, sobretudo, neutralizar inconvenientes que pudessem interromper a orientação da instituição para não prejudicar as normas e o “processo civilizador” (ELIAS, 1994).

Em seu livro *Vigiar e Punir* Foucault refere-se a algumas técnicas de controle: “a distribuição espacial dos indivíduos, a organização dos conjuntos afins e a conseqüente composição de forças, além de alguns recursos que permitam circular o poder disciplinar como é o caso da vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame” (FOUCAULT, 1987:135). A interrupção de trabalho, notas baixas, corpo mole, acordar tarde, desobediência, brincadeira, qualquer distração, roubo de frutas, fuga, seriam punidos. Os castigos variavam entre horas no xadrez, privações de momentos de lazer, humilhações diante dos colegas na sala de aula, sala do diretor que, aos olhos de sua vigilância, ficavam em pé, em um dos cantos da parede lendo.

As oportunidades para falar sobre o lugar de sua memória ficavam sufocadas pela dinâmica diária da escola permeada pela crença de que o sertão era o lugar da desordem e do destino “fanático dos meninos”. A escola seria o lugar para limpar a “sujeira”, purificar do mal que haviam contraído na companhia de seus pais “fanáticos”.

O mapa físico da escola, que Juvenal desenhou em um papel ofício, oferece uma idéia de como se sentiam pequenos diante de tamanha organização. Ficavam confusos pelas várias salas que se interligavam, pelos múltiplos corredores de paredes altas, salas de aula próximas à sala da direção, enfermaria com camas descobertas, sala de xadrez ao lado da sala de aula,

oficinas separadas umas das outras e fiscalizadas a cada canto dos corredores pelo que Juvenal designou de guardas. O refeitório era um espaço frio que continha apenas o necessário para a refeição: mesas, pratos, copos, talheres. Uma sala grande de tipo retangular, filtro num canto da sala e a cozinha no outro. As crianças eram servidas por auxiliares que iam jogando os pratos, contados a cada lançamento, sobre uma mesa grande e descoberta. A comida era reduzida o que quase sempre forçava Afonso esconder um pouco mais debaixo da mesa sobre as pernas para “matar” a fome compartilhando com seus irmãos mais tarde. Após comerem as crianças pegavam os copos que estavam ao lado do grande filtro, tomavam água e se dirigiam aos seus quartos para repouso e aguardar o segundo turno de atividades (a oficina) que era antecedida pela aula de catecismo.

Todo o espaço da escola anuncia uma atividade programada. As oficinas (alfaiataria, sapataria, mecânica, marcenaria, couro, horta, música) funcionavam nos dois horários de forma que as crianças faziam um turno de estudo e outro de oficina. A aprendizagem e produção, nas oficinas, eram acompanhadas pelos mestres a cujos atrasos, ausências, conversas garantiam uma penalidade. Nas oficinas o trabalho era intenso. Exigia-se produtividade, eficácia, rapidez, perfeição. Os intervalos, entre uma e outra atividade eram reservados para refeições, catecismo e marcha ao final do qual, estavam exaustas.

A sala de aula era como um lugar sagrado, esvaziado de laços afetivos. A professora no canto da sala à frente do quadro de giz iniciava a aula sob os olhares atentos dos meninos. Todos sentados em suas carteiras, perfilados diante da professora com suas cartilhas abertas, suas tabuadas, cadernos para anotação. Era um grande silêncio, diz Juvenal: *“que demorava a passar e a gente ficava querendo que acabasse logo. A professora, Dona Valdomira era a que quis ensinar a gente de Pau de Colher. Ninguém mais quis ensinar à turma dos caceteiros”*.⁴

Os meninos passavam por exames periódicos de ler e contar. Tinham que trazer a tabuada “na ponta da língua” e identificar todas as letras, corretamente e salteado. O azul, o verde, o amarelo, o vermelho e o preto eram as cores que os classificava celebrava seu desempenho. Uma carta de conduta testemunhava a condição de acompanhamento de cada um e ficava exposta na parede em frente da sala do diretor. As notas eram o ponto central da

⁴ Termo que está nas falas dos remanescentes. “Em sua maioria, os narradores se referem a “caceteiros” aqueles que participaram do movimento e que usavam um “cacete” de pau feito da árvore abundante no povoado que dá nome ao lugar Pau de Colher. Era mais ou menos de um metro de comprimento, boleada em quatro faces e tendo uma das extremidades perfuradas e amarrada com uma tira de sisal. Era um instrumento usado por eles e entendido como importante para conseguir a salvação.

escola, pois as mesmas indicavam quem era bom e quem era mau aluno. “Você era boa conduta ou má conduta”, disse Juvenal.

De acordo com essa classificação você teria privilégios ou não. Os castigos ou gratificações variavam entre xadrez (os dias eram definidos de acordo com a infração). Leitura, catecismo ou marcha, também, para o caso dos castigos e piquenique na praia, campo de futebol ou passar um domingo na casa da professora, para o caso das gratificações. As gratificações eram uma forma velada de disciplinamento, de obter obediência.

A vida das crianças na escola estava determinada pelo duplo bom/ruim, boa conduta/má conduta; ser de Pau de Colher/não ser de Pau de Colher, adaptável/inadaptável. Além da sala de aula, como espaço de verificação dos alunos adiantados ou atrasados, havia a averiguação feita pelo diretor diante do qual eles tinham que ler, contar, fazer uma descrição a partir de uma imagem que era colocada na parede. Uma única professora ficou com eles durante todo o tempo na escola.

Era muito aluno, uns trezentos e nós ficamos lá no meio perdido. Eu me lembro quando chegamos que a gente nem sabia como andar por aquele mundo de prédio. A gente com uma roupa diferente daqueles outro. Um jeito diferente. E todo mundo olhando para gente como se a gente não fosse gente. A gente era a sala de Pau de Colher.

A sala do xadrez ficava ao lado da cozinha, depois dos banheiros no mesmo bloco das salas de aula. A inspeção funcionava todos os dias, todas as horas, inclusive durante a noite. Sair era impossível sem acompanhamento, sem autorização e respaldado de um professor. O xadrez era a ostentação do poder. Momento mais alto da presença da escola enquanto lugar de disciplinamento e regulação. Era um quarto fechado, escuro, vazio, cheio de ratos. Era o lugar da punição dos “desvios” como lembra Juvenal:

Eu mesmo fui uma vez para o xadrez e fiquei lá só um dia porque a minha professorinha me tirou senão tinha ficado mais tempo. Era domingo, mas eu gostava de ir trabalhar na marcenaria porque eu lembrava do mato meu pai cortando pau. Eu tinha saído da oficina de

marcenaria porque eu gostava de trabalhar com a madeira mesmo nas folgas, para ir ao banheiro e vi uns meninos jogando e fui jogar. O guarda me viu, me pegou e disse: tome a vassoura e vá varrer! Eu disse que não ia porque era domingo e eu estava de folga e podia fazer o que eu quisesse. No outro dia ele me levou para ao diretor.

Nos dias que correram de 1938 a 1945, os órfãos de Pau de Colher descobriram portas que eles foram abrindo para abrigar seu mundo. O dormitório à noite, a área aberta da instituição com suas árvores, seus pássaros, seu pomar, sua horta, seu campo, forneceriam o ambiente propício, esconderijo que sua memória precisava para, em segurança, testemunhar sobre suas reminiscências. Entraram, dessa forma, em seu lugar de memória, em seus laços de parentesco, vizinhança e afetividade, pois “recordar a própria vida é fundamental para nosso sentimento de identidade; continuar lidando com essas lembranças pode fortalecer, ou recapturar, a autoconfiança”, recomenda (THOMPSON, 1992, p. 208).

Foi o que fizeram. Como fizeram?

Depositário do *ethos* tecido de mil maneiras

Ao abrirem, nos esconderijos criados por eles, na escola, o espaço para aquecer a memória que os ligava aos seus vínculos de origem, os órfãos através da evocação das lembranças, da circulação da palavra, das conversas, deixaram circular o que de mais preciosos, para eles, havia restado naquela travessia: seu corpo ferido por balas, seus sentimentos fraturados pela lembrança da morte de seus pais, sua memória, suas lembranças, suas histórias de vida.

A palavra, o corpo, o gestual, a memória, dimensões do sentimento eles tinham como parceiros do dia-a-dia. Em seu trabalho, “O afeto da terra”, (BRANDÃO, 1999) aponta como as sensibilidades conduzem a gramática do homem rural com os diferentes vínculos do seu cotidiano com a terra do trabalho, terra do afeto de seus familiares, terra da vida.

Foram inúmeros os lugares e situações, na escola, com os quais os órfãos mantiveram acesa a memória dos lugares dessas sensibilidades.

Como herdeiros de suas narrativas e como, “quem escuta a história está em companhia do narrador” (BENJAMIN, 1994:213) foi difícil para nós decidirmos pela companhia de

apenas dois narradores e por apenas um, desses múltiplos lugares e ocasiões do aquecimento de suas reminiscências, para este artigo. Isso nos coloca refém de nossa consciência e em dívida para com os demais órfãos, privando-nos da companhia de suas histórias e os subtraindo da nossa. Dívida a qual, por força das exigências formais para o presente artigo, nos submetemos. No entanto nos sentimos menos devedores uma vez que, as mil maneiras de fazer em Antonio e Afonso, não são solitárias, mas preenchidas pelas histórias de vida dos demais, histórias de vida compartilhadas.⁵

Nesse sentido, os trinta e dois órfãos, estarão aqui todos os presentes no passado sempre presente. O “espírito do tempo”, como nos diz Hegel, os ligou para frente e para trás, na vida e na morte permanecendo até os dias de hoje. Também, “O espírito da coisa dada” que através dos “taonga estão fortemente ligados às pessoas, ao clã, ao solo, aos vínculos; é o vínculo de seu mana, de sua força, mágica, religiosa, espiritual” (MAUSS, 1974:52- 53).

Acresce, ainda, que a posição pela escolha dos fragmentos das duas narrativas do conjunto maior, se deve menos a um critério de hierarquia entre as demais e mais pelo conjunto de informações trazidas, a diversidade de lugares e cenários por eles vividos nos “esconderijos” criados na escola. E, reforçamos, Antonio representa os vinte e oito órfãos que voltaram entre cinco e sete anos depois; Afonso, os quatro que não voltaram cujos corpos permanecem inscritos por uma grande fenda dolorida em decorrência dos vínculos quebrados o que dura até os dias que correm.

Antonio nasceu em 19 de fevereiro de 1926 nas terras da Lagoa Comprida-BA. Perdeu o pai no “adjunto”. Sua mãe, no entanto, não consegue o perdão da polícia, pela “impureza” de ter sido “fanática”, para continua criando seu filho. É conduzido, com nove anos de idade, para a escola e faz a “viagem de volta” aos dezesseis anos. Diz-nos que “voltei para trás, porque aqui é meu lugar onde eu posso viver à vontade junto dos meus familiares e visitar a cova dos meus pais”.

Afonso tem, nas lembranças, a imagem de sua mãe baleada correndo, com as mãos para o alto, no intuito de juntar e salvar seus filhos do tiroteio de Pau de Colher. Com nove anos é levado para Salvador e não faz a “viagem de volta”. Não se reencontrou com seu tempo e lugar junto com os que voltaram, e até hoje, aos 84 anos, sente sua identidade em suspensão nutrindo a necessidade de fazer a conciliação com seus laços, após a morte, momento em que sua ferida receberia o bálsamo da reapropriação de sua história de vida na

⁵ Os nomes dos órfãos foram alterados para preservar sua identidade e a intimidade que várias situações narradas revelaram. Soma-se a pesada carga de preconceito na região, ainda hoje. Quando passam pelas ruas de Casa Nova alguns são apontados como “filho de fulano”, “neto do caceteiro tal”.

origem, sua terra, sua família, seus ancestrais. Foi o que nos afirmou emocionado: “Eu quero ser cremado e voltar com as cinzas para a terra dos meus pais. Eu me sinto sem identidade. Quem eu sou para essas pessoas aqui onde moro desde que vim de Pau de Colher?”

Os dias em Salvador não foram fáceis para suas lembranças dado ao rigor da instituição. Embora não tendo o tempo para viver seus momentos de pertença, os órfãos iam aproveitando as ocasiões ora construídas, ora a partir dos vazios deixados pela escola. Era preciso navegar em pensamento, era preciso proteger sua memória, apurá-la e concretizá-la em atitudes para não sucumbir diante de tal “rotina cansativa e eu lembrava a liberdade da minha terra”, diz Afonso. As lembranças dramáticas e traumáticas da separação, ainda crianças, revigoravam essa pertença, alimentavam seus dias.

O grande dormitório do instituto foi um dos lugares do refúgio de suas histórias de vida. Antonio e Afonso narram que no salão enorme de dormir da Escola de Menores encontrava-se com os cenários de sua vida anterior. Restabeleciam-se com suas trajetórias, viam os rostos, mãos, braços, corpo dos que faziam parte de suas vivências e com a forma de entender as “vozes do mato” aprendidas com seus pais e com a natureza disponível para o seu fazer diário. É a terra de seu princípio, “uma raiz que a tudo envolve” (GUSMÃO, 1999:146). O silêncio da noite, no dormitório, protegia a viagem do pensamento. Ocultava dos guardas, o trajeto que a memória fazia, através do tempo, em direção ao passado. Cada uma das crianças, em suas camas, com suas cobertas, enrolavam e aqueciam seus percursos, suas idas e vindas. Naquele momento, seus corpos e pensamentos, oprimidos pelo ar do lugar, sustentando o peso do tempo, aturdidos pelo medo, desatavam Antonio e Afonso a chorar todas as noites. Pediam a Lázaro, irmão mais velho, que ficasse ali perto e não deixasse que os mandassem para outro quarto. O aperto dos braços de Lázaro renovava suas forças, aplacava o medo. Era como uma responsabilidade sua na ausência de seu pai, de sua mãe. As sombras dos dias que passaram em Pau de Colher, do drama vivido, eram lembranças que os acompanhavam cotidianamente. Confessavam que, convivendo com duras rupturas naquele lugar apartados dos seus vínculos, enchiam-se do doce orgulho de poderem calar, no silêncio de cada noite, para descer, através da memória, até seus povoados e ter contato com seu povo e, então, as imagens dos seus conhecidos, ao contrário dos desconhecidos da escola, se esboçavam com clareza acalmando seus corações inquietos. O dormitório, à noite, era para os órfãos de Pau de Colher um dos esconderijos de seus pensamentos, lugar da memória do seu lugar. No escuro, suas lembranças não tinham melhor aconchego durante as pausas das atividades rotineiras da escola. Pausa para encontrar as águas tranquilas dos tanques de sua terra, interrupção para distender o seu ânimo. O silêncio forçado era quebrado pelo silêncio dissimulado, pois “a

gente olhava um para o outro e sabia que o outro estava pensando, mas a gente não podia falar alto porque era um salão com muitos meninos e a gente não tinha sossego para pensar durante o dia como tinha na noite”, diz, emocionado, Afonso.

Ao som da voz do guarda “é hora de dormir e não quero barulho”, era o momento que todos sabiam que não iriam ser mais interrompidos. Era a voz do guarda que determinava o começo e o fim da noite, o começo e o fim dos pensamentos. Deitados em suas camas viravam ora para um lado, ora para o outro, pois sabiam que em cada um dos lados estava um dos seus colegas de grupo. Silenciar era preciso uma vez que não estavam sozinhos, pois no enorme salão de dormir misturavam-se os órfãos de Pau de Colher e os meninos da cidade “que conheciam a gente tudo e já sabia que a gente era caceteiro e eles chamavam sempre a gente de caceteiro! Caceteiro!”.

Era, portanto, preciso encobrir seus pensamentos agasalhando-os das possíveis denúncias dos demais no dia seguinte. No avançado da madrugada, porém “Antonio vinha para minha cama olhando de um lado e de outro”. Eram, então, passos de quem se esconde do perigo iminente. Mas, só quem conhece o sertão, os caminhos de picada, o chão batido ou foge de um animal perigoso sabe fazer com destreza. “O corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem” (MAUSS, 1974:217)

Na cama, cobertos dos pés à cabeça, Antonio e Afonso conversavam baixinho, quase sussurrando lutando para não esquecer. Naquele salão enorme de dormir a noite era pequena para as lembranças, principalmente das cenas mais recentes que culminaram com o rompimento de suas vidas com seus povoados e a razão de se encontrarem naquela escola.

Na realidade, não sabiam, de fato, o que era aquilo tudo e qual o sentido de terem que ser “civilizados” fora do seu lugar. Sobre o que os guardas e professores diziam de serem “educados” e “terem um futuro melhor” não entendiam, pois o futuro para eles seria alcançado quando conseguissem voltar. Por isso conversavam a noite inteira sobre esse “futuro”, o de encontrar os familiares de volta e recomeçar a vida na terra de onde não deveriam ter saído, pois eram herdeiros daquilo tudo: da terra que lhes dava trabalho, da terra que lhes dava vida, dos parentes com os quais compartilhavam sua história, da terra “familiarização e território de parentesco” (COMERFORD, 2003, p. 30).

Antonio diz que às vezes descobriam a cabeça para ver se podiam conversar renovando o ar que ficava abafado pelas cobertas. Nesse momento, imagens do sertão desfilavam pelas paredes brancas do quarto. Os desenhos que projetavam, nas paredes altas e lisas, eram aquelas em que estavam plantando, acompanhando seus pais na roça, rezando ao pé do oratório, olhando para o céu à espera de chuva. Muitas vezes, as cenas do episódio em

Pau de Colher faziam com que eles voltassem à realidade de saberem que não tinham mais a mãe e o pai.

O silêncio da noite abrigava suas lembranças. Lembranças que doíam. Lembranças dos pais correndo em meio ao tiroteio. Lembranças das cores pretas das roupas que usavam dos cabelos grandes de sua mãe e do cabelo curto de seu pai. Lembranças da fuga pelo mato se protegendo da polícia dentro de buracos cavados pela própria natureza, dentro de cacimbas que ofereciam a liberdade e, ao mesmo tempo, a incerteza dessa liberdade. Liberdade incerta. Corriam para onde? Não tinham mais suas casas que foram destruídas pelos soldados. Não tinham mais os animais que foram soltos ou preparados para as refeições dos soldados e oficiais das forças policiais. Não tinham mais nada. Todos, na escola, diziam “o grupo de Pau de Colher era disciplinado”.

A noite era o limite da disciplina, da obediência. A força do tempo presente vivido no Instituto de Preservação e Reforma aguçava o tempo passado por tudo que era proibido fazer. Os limites do quarto, no entanto, não eram fronteiras para o pensamento dos meninos que ia para além das paredes fiscalizadas por guardas que agiam “como militares, era disciplina militar”, afirmou Afonso.

Como compreender o presente, que estavam vivendo, sem o passado vivido? Por isso conversavam revirando nas lembranças, nas imagens do ontem o significado do hoje. E, nesse processo, reforçavam suas tradições. Construídas, essas lembranças, por cada um deles em interação se distanciavam do esquecimento. Esquecer para eles “era morrer, era negar sua história, era não ter história”, como afirmou Antonio. “E, para nós, era orgulho ser de Pau de Colher”. Para os órfãos de Pau de Colher seria insuportável viver longe do que haviam passado antes de chegarem à escola, em Salvador. Viver naquela escola, se trazia desconforto, mas desconfortante seria viver sem as lembranças. Mesmo tendo participado de momentos conflituosos, dramáticos, dolorosos lembrarem seria imprescindível para continuarem vivendo ou mesmo suportando aquela distância física.

Como não sabiam escrever e, mesmo quando aprenderam as atividades diárias na escola não permitia exercitar, a oralidade foi o instrumento de defesa da tradição.

Mesmo arriscando-se não acordar no outro dia na hora determinada, pois era um risco que traria como consequência o castigo do xadrez ou o de ficar sem a refeição, arriscavam como aconteceu com Antonio. Um dia cansado, da “viagem de volta à sua morada” não acordou na hora para o banho da manhã. “Eu fiquei dormindo e não quis mesmo levantar, não quis saber do guarda chamando e o meu castigo foi o “xadrez” da escola. Antonio continua dizendo que “eu acho que as lembranças de me ver caçando tatu, tomando banho nas cacimbas, subindo

nos juazeiro, montando um jumento para levar um escrito de minha mãe me deu força e eu não me levantei”. Lutar pelo passado, através da memória, fazer esse passado sobreviver implicava lutar pelas ocasiões de fazê-lo, pela liberdade que teriam de encontrar para voar com o pensamento para bem longe do instituto.

A Repressão que haviam passado lá trás, suspensão do cotidiano comum passado encontrava a liberdade, nos momentos velados ou expressos, de um grupo de órfãos contra o sufocamento que o Estado havia realizado. Lembrar do passado era a comunicação mais eficaz, entre eles, para tentar entender uma saída para aquele momento de prisão. A escola era uma prisão, prisão da qual eles queriam se libertar. O enorme salão de dormir era a prisão da prisão. Não podiam conversar só dormir para acordar no dia seguinte mais uma vez em silêncio, o silêncio que a escola impunha. No dormitório, em meio às conversas que varavam a noite entrar na terra que acreditavam sua era um desafio posto aos meninos.

Em meio às lembranças viam as cercas de seus currais derrubados, suas moradas saqueadas pelos soldados e, em seguida, impedidos de viver como sempre o fizeram. Viam as imagens de quando freqüentavam as casas dos vizinhos para a sentinela por ocasião da morte de um parente “e lá tudo era parente. Viam as imagens colhendo o milho, plantando o feijão, viam-se dias e dias caminhando pelas terras ressecadas esperando pela chuva que revelava uma história da falta e da abundância. Quarto enorme cujo silêncio imposto provocava as vozes que davam lugar a um texto do qual nunca se apartaram. De repente, sem perceber que a noite dava lugar ao dia, despertam de suas lembranças com a voz do guarda que os fazem voltar da “viagem”. Com um grito: “hora de acordar”! Não restava alternativa a não ser interromper a “viagem” para recomeçá-la na noite seguinte.

O silêncio do salão enorme do quarto de dormir tecia, contraditoriamente, um volta a “terra suor”, à “terra vida”, à “terra família”, a “terra tudo”. Lançavam-se, assim, para dentro de si mesmos conferindo, à natureza íntima, o seu lugar. O salão enorme do quarto de dormir, edificado de forma fria e sem paixão, ameaçando seu lugar de origem, pois outros mundos transitavam diante do seu mundo, invadindo seus sentimentos, dava lugar a imagens calorosas e apaixonantes de sujeitos “caceteiros” portadores de uma cultura legada pelos seus ancestrais. Como nos disse Afonso que “no quarto de dormir eu me via voltando, vendo meus animais, trabalhando na terra que era orgulho do meu pai e de minha mãe. Eu sonhava com o mato e quando acordava estava na escola”

Antonio e Afonso, no dia seguinte, voltam do banheiro como se estivessem indo para a roça, pois as lembranças do sertão que os acompanharam durante a noite, tão recente, que foi embora, os animava a compartilhar com os outros colegas do grupo.

Nesse mesmo dia, ao encontrarem Francisco, outro companheiro de Pau de Colher, escutam sua história de “papagaio voou dê cá o pé meu louro” que havia sonhado, também, na noite passada.

Em 1945 Antonio faz a “viagem de Volta”, juntamente com outros, entrando em seu povoado, “montado no lombo de um jumento” como desejava, pisando o chão da terra dos seus antepassados: era o início do fechamento das feridas.

Afonso, ao contrário, fica por ter sido “enganado e escondido pelos guardas dos meninos que iam voltar”. O seu destino tinha sido mais uma vez decidido a sua revelia. Afonso nos diz que “tomei conhecimento de que meus irmãos haviam voltado, dias depois, e não me conformei. Comecei a me jogar nas paredes da escola batendo meu corpo e minha cabeça bem forte contra elas”. O sangue pela morte dos pais, as lágrimas pela dor constante da perda e afastamento dos vínculos e o suor do trabalho diário, na escola, a testemunhar os dias que se seguiram, seriam os materiais produzidos pelas fendas abertas que o acompanharia simbolizando seu corpo, até hoje, vulnerável. “Eu não voltei naquele dia, mas vou voltar com minhas cinzas”, disse Afonso. Abaixou a cabeça e chorou.

Considerações finais

Dessa forma é possível afirmar que os órfãos de Pau de Colher ao serem deslocados para Salvador vivenciaram cotidianamente, referenciados pela memória, sua pertença. As lembranças dos lugares da tradição, dos ancestrais, de sua origem, da terra trabalho, terra de seus ancestrais, terra de seus afetos, de suas amizades emergiram diariamente, na escola, através dos cenários experienciados em sua origem.

Ao trabalharem a matéria das lembranças durante o tempo da *communitas* em Salvador, nas diversas ocasiões e maneiras encontradas na escola, aludem a espaços e tempos vividos da tradição como resultado de uma relação íntima com a natureza apreendidos através do fazer diário.

Transportados durante a *liminaridade*, através da pluralidade de imagens, para o lugar de seus afetos, carregam as marcas dos acontecimentos passados que falam do dia-a-dia resultado de sua relação afetiva com a terra e seus pais. As inscrições dos acontecimentos em sua memória fazem desfilar paisagens, histórias compartilhadas, pessoas de sua familiaridade.

O tempo passado e os lugares passados, fortes em sua memória, são os únicos documentos que lhes restaram para manter vivo o lugar de sua identidade. Seu corpo, suas lembranças, seus gestos são atravessados pelas reminiscências que encontram no Instituto de

Preservação e Reforma o lugar depositário do seu *ethos* como âncora de evocação do passado e desejo de voltar.

Referências Bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. (1994). **Magia e Técnica, Arte e Política:** ensaios sobre literatura e história da cultura/Walter Benjamin. 7ª. Ed. São Paulo: Brasiliense
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (1999). **O afeto da terra:** imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira e, Joanópolis/Carlos Rodrigues Brandão.— Campinas, S/P:Editora da Unicamp
- CERTEAU, Michel de. 1994. **A invenção do cotidiano:** 1. artes de fazer/Michel de Certeau; tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ:Vozes.
- CLASTRES, Hélène. (1978). **Terra sem mal:** o profetismo tupi guarani. São Paulo: Brasiliense
- COMERFORD, John Cunha. (2003). **Como uma família:** sociabilidades, territórios de parentesco e sindicalismo rural/John Cunha Comerford.-Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Atropologia da Política/UFRJ
- DOUGLAS, Mary. (1966). **Pureza e perigo.** São Paulo: Editora Perspectiva
- ELIAS, Norbert. (1994). **O processo civilizador.** -2ª ed.,-Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- FOUCAULT, Michael (1987). **Vigiar e punir:** nascimento da prisão; tradução de Lígia M. Ponde Vassallo. Petrópolis, Vozes.
- GENNEP, Arnold Van. (1977). **Os Ritos de Passagem.** Petrópolis, Vozes.
- GUSMÃO, Neuza Maria Mendes. (1999). Herança Quilombola: Negros, Terras e Direito *In:* Bacelar, J&Caroso, C (orgs) **Brasil: um país de negros?** Rio de Janeiro,Pallas
- HALBWACHS, Maurice. (1990). **A memória coletiva.** Presses Universitaires de France.
- MAUSS, Marcel. (1974). **Antropologia e Sociologia.** São Paulo, EPU.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. (1999). **A viagem de volta:** etnicidade, política e reelaboração cultural do Nordeste- João Pacheco de Oliveira (org.). Contra Capa: Livraria.
- THOMPSON, Paul. (1992). **A voz do passado:** história oral? Paul Thompson. Rio de Janeiro:Paz e Terra.
- TURNER, Victor W. 1974. **O processo ritual:** estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes.
- WEBER, Max. (1991). “Relações Comunitárias Étnicas”. *IN: Economia e Sociedade* 1. Brasília Unb.

